



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

27 de março 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Notícias

Data: 27/03/2015

Assunto: Greve

Página: 18

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO | SEM CONVERSA COM SINTE

Nova proposta do governo será apresentada nas escolas

VICTOR PEREIRA

victor.pereira@diario.com.br

Em meio à paralisação dos professores da rede pública, que chegou ontem ao terceiro dia, o governo de Santa Catarina pretende concluir até a próxima semana a proposta da nova carreira do magistério. A partir daí o plano será apresentado diretamente às direções das unidades escolares, já que a Secretaria de Educação rompeu o diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino (Sinte) depois que a entidade decretou greve.

Ontem, conforme dados repassados pelas regionais ao Centro Administrativo, a adesão ao movimento chegou a 5% dos educadores. Um balanço

parcial do Sinte sobre a mobilização deve ser divulgado no início da próxima semana.

Para os alunos, pouca coisa mudou de quarta-feira para ontem. A Secretaria de Educação estima que 14% dos trabalhadores da categoria pararam em Florianópolis e 10% fizeram o mesmo em Chapecó. As aulas foram compensadas com ajustes de horários e outras atividades que mantiveram a rotina praticamente normal.

No Litoral Norte, o número de unidades afetadas pela greve se manteve o mesmo, com seis escolas tendo as atividades paralisadas parcialmente. No Norte do Estado, a gerência de Educação contabiliza 85 profissionais parados. Ontem, cerca de 20 professores e 40 alunos protestaram por melhorias na educação em Jaraguá do Sul.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 27/03/2015
Assunto: Relação pais e mestre		Página: 26

DIÁRIO CATARINENSE

INVERSÃO DE PAPÉIS NA VIDA ESCOLAR

Um aluno do 6º ano do ensino fundamental comparece à sala de aula com 30 minutos de atraso. Em observância às normas da escola, a professora o orienta a ir até a direção para pedir autorização de entrada. Minutos depois, o garoto reaparece, acompanhado da mãe. A mulher mete o pé na porta, entra na sala, xinga a professora do filho, puxa-a pelos cabelos e a arrasta pátio fora. O aluno, horrorizado, suplica que a mãe cesse as agressões.

Esse episódio grotesco ocorreu no último dia 4, na Escola Municipal Irmão Pedro, em Canoas, no Rio Grande do Sul. Trata-se de um caso absurdo e despropósito, mas não completamente desvinculado de um fenômeno que tem preocupado os especialistas. A agressão parece ser uma manifestação radical e extrema de uma crise no papel educacional desempenhado pelos pais.

Esse fenômeno se manifesta em uma série de eventos pro-saicos, como no caso do pai que quer ser o melhor amigo do filho, do casal que leva a criança de três anos para escolher a escolinha que quer frequentar, da vizinha que fala que o filho de quatro anos tem uma personalidade tão forte que "não tem mais jeito" de educá-lo. Em comum, essas situações mostram pais desorientados em relação ao seu papel (e, muitas vezes, geradora de conflitos com professores).

Claro que a gente não conhece a situação específica da mãe de Canoas, mas podemos falar genericamente de um fenômeno de grupo. Os pais estão completamente perdidos. Uma coisa que se verifica é que não são mais as crianças que têm o adulto como modelo, mas o contrário. Nesse episódio, não é a mãe quem tem noção de realidade, mas o filho, que pede para ela parar a agressão – analisa Tania Marques, professora de Psicologia da Educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Faculdade com cara de ensino médio

No fim de semana, o jornal Folha de S.Paulo retratou a geração de universitários mimados, desprovidos de autonomia. A reportagem falou de pais que acompanham filhos em atividades acadêmicas, que procuram professores para reclamar de notas e que controlam a agenda de estudos. Uma faculdade chegou a convocar uma reunião para pedir aos pais superprotetores que relaxem e tenham confiança no trabalho da instituição.

Para a professora Tania Marques, essa superproteção é uma forma de omissão às avessas:

– O superprotetor não dá limites e faz tudo pelo filho. Nesse sentido, ele se omite da obrigação de educar. Para ser um bom educador tem de dar afeto, mas também dar limite.

O problema é visível principalmente em cursos privados, onde surge outra barreira para educar, a concepção de que o aluno é cliente e, por isso, não pode ser contrariado. O caso de uma quadrilha que vendia gabaritos de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de vestibulares desbaratada em Minas Gerais é sintomático: interessados em vagas de Medicina pagavam entre R\$ 70 mil e R\$ 200 mil pelos resultados.

– Isso não é dinheiro que um adolescente tem. De onde vinha? Dos pais. O que estão ensinando para seus filhos? – questiona Márcia Stengel, professora da pós-graduação em Psicologia da PUC Minas.

Se antes os adolescentes tentavam imitar os adultos, hoje ocorre o inverso. Numa sociedade que cultua a juventude eterna, os adultos cada vez mais se espelham nos jovens, em negação ao envelhecimento. Uma das consequências é a dificuldade à frustração, que reproduz o ciclo da crise da autoridade.

Apesar das configurações seguirem em transformação, o doutor em família Marco Antonio Fetter garante que uma premissa não muda:

– O filho é o currículo dos pais.

A DITADURA DA CRIANÇA

Incapazes de estabelecer limites e ansiosos por evitar qualquer conflito com os filhos, mas prontos a comprar brigas por eles, os pais enfrentam uma crise de autoridade. Vivem também uma inversão de papéis no interior do núcleo familiar, quadro tão alastrado que há quem entenda que estamos vivendo uma “ditadura da criança”, como define a psicóloga Aidé Knijnik Wainberg.

Essas mudanças tornam mais complexos os processos educa-

afinal, quem educa quem? Aidé lembra que, depois de gerações crescendo com o discurso de “liberdade total” na educação, agora a escola de psiquiatria francesa volta a recomendar mais repressão e hierarquia.

O difícil é encontrar bom-senso entre adultos cada vez mais atordoados com sentimentos como culpa, ansiedade e insegurança. Com pouco tempo para ficar com os filhos, frequentemente os pais jogam para a escola a responsabilidade de educá-los, numa tentativa de terceirização. Uma missão fadada ao fracasso por vários motivos, especialmente porque



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 27/03/2015
Assunto: Encontro Anual de Coordenadores Estaduais		Página: Online



Programas Jovem Senador e Parlamento Jovem unem forças e articulação em prol da cidadania

Encontro Anual dos Coordenadores Estaduais dos dois programas contou com a participação da secretária de Estado da Educação de Goiás, Raquel Teixeira, representando o Consed.

Aconteceu na tarde desta quarta-feira, 25/03, a Cerimônia de Abertura do Encontro Anual de Coordenadores Estaduais dos programas Jovem Senador e Parlamento Jovem, no Centro de Formação da Câmara dos Deputados. O evento integrado tem o objetivo comum de fortalecer a parceria entre a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as Secretarias Estaduais de Educação para a potencialização de diversas ações dos dois programas.

Muitos estados em 2015, por sugestão do Consed, optaram por uma coordenação única para os programas, o que trará centralização e fortalecimento dos esforços para a disseminação das ações educativas promovidas pelo Parlamento para os estudantes de Ensino Médio.

Participaram da abertura da cerimônia a secretária de Estado da Educação de Goiás, Raquel Teixeira, representando o Consed; o diretor do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - Cefor da Câmara dos Deputados, Paulo Antônio Lima Costa e a diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, Andrea Valente.

A secretária de Estado de Educação de Goiás, Raquel Teixeira, destacou a importância das iniciativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal enquanto espaços democráticos que revigoram e são caixas de ressonância dos anseios dos nossos jovens. A secretária disse que como gestora, educadora e parlamentar “encorajo todas essas ações, pois acredito que a participação do jovem nessas iniciativas é essencial para que ele possa se inserir no debate político e na prática cidadã” apontou.

Raquel Teixeira também ressaltou a importância do espaço escolar. “A escola é a instituição que o mundo criou para prover o conhecimento acumulado pela humanidade ao longo dos anos. Ela organiza e sistematiza esses conhecimentos e transmite para as novas gerações, preparando-as assim para se inserirem com plenitude no mundo cidadão”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para Paulo Antônio Lima Costa, do Cefor-CD, “os programas Jovem Senador e Parlamento Jovem serão diferentes no ano de 2015, devido ao momento político intenso, com muito trabalho nas Casas e a participação ativa e atuante da população trazendo assim, uma oportunidade ímpar de inspiração para os jovens participantes”.

Andrea Valente, do Senado Federal, destacou a questão estratégica da parceria entre as Casas, o MEC, o Consed e as Secretarias Estaduais para o alcance dos objetivos finais dos programas. Segundo ela, o importante é reforçar cada vez mais o protagonismo juvenil dos participantes, ampliando os conhecimentos e habilidades importantes para o exercício democrático, despertando-os assim para a importância da participação na vida política do país.

Também participaram da abertura a diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento da Secretaria Geral da Mesa, Silvania Alves de Azevedo e o diretor do Departamento de Relações Públicas e Divulgação da Câmara dos Deputados, Pedro Noletto.

Programas

O Parlamento Jovem Brasileiro é uma iniciativa da Câmara dos Deputados que visa propiciar aos alunos matriculados no 2º e 3º ano do ensino médio a vivência acerca da atividade parlamentar e sua importância para o exercício da cidadania.

O Jovem Senador é um programa do Senado Federal que tem o objetivo de proporcionar aos estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, de até 19 anos, conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo no Brasil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 27/03/2015
Assunto: Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica		Página: Online



Comitê Organizador do III FMEPT se reúne em Brasília

O Consed, que é integrante do Comitê Organizador, participou da reunião de preparação do III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT).

O comitê organizador do III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT), realiza a sétima reunião preparatória, nos dias 25 e 26 de março, em Brasília (DF). O encontro, que acontece no Ministério da Educação, contou na abertura do evento com a presença da reitora do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE, Claudia Sansil e do secretário de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC, Marcelo Machado Feres. O Consed acompanhou a atividade com a participação da coordenadora de projetos, Carla Fonseca.

A reunião marca a contagem regressiva para o evento que acontece de 26 a 29 de maio, em Recife-PE, e tem o objetivo de facilitar ainda mais a integração e a participação de instituições de outras regiões do país. O tema desta edição é tríade: diversidade, cidadania e Inovação, que orientaram os três eixos temáticos - (Bio)diversidade, Educação Profissional e Tecnológica: Desafios para o Desenvolvimento Humano; Cidadania e Trabalho: a Educação Profissional e Tecnológica e a transformação social no século XXI; Inovação e Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica.

A reitora do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE, Claudia Sansil, disse que o fórum tem sido “um espaço de trocas” e que possui “características de diversidade” por conta do número de instituições e entidades envolvidas.

Claudia falou sobre a oportunidade de debater a “educação com inclusão” e espera que essa edição do fórum entre para a “história educação do nosso país”. E convocou todos para reafirmar o compromisso de realizar um fórum com grande qualidade.

Marcelo Machado Feres, secretário de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC, destacou a forma colaborativa e cooperativa como o Fórum tem sido construído. “Queremos fazer com que a terceira edição do fórum seja um sucesso para a educação profissional e tecnológica”, disse.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Feres destacou alguns pontos da agenda do encontro, por considerar algumas questões são estratégicas para esta fase final de preparação. “Vamos focar nas soluções e, sair deste encontro com entendimentos, para essa reta final preparatória que antecede o evento”.

O secretário da SETEC/MEC também fez uma contextualização histórica do setor. “Tivemos um crescimento e uma expansão das redes estaduais e federal. Nos últimos anos, foram muitas ações estruturantes”. Segundo secretário uma demonstração de que temos “um país que busca mais equidade”, citando a meta do PNE que propõe triplicar o número de matrículas.

III FMEPT 2015 - O Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT) nasceu do Fórum Mundial de Educação e do Fórum Social Mundial. O evento faz parte de um movimento pela cidadania e pelo direito universal à educação, reunindo instituições, entidades e associações de todo o planeta.

A terceira edição do FMEPT é capitaneada pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), com apoio do Ministério da Educação (MEC), e será realizada entre os dias 26 e 29 de maio de 2015 no Centro de Convenções de Pernambuco. A programação reúne desde conferências, palestras e debates até apresentações culturais, mostras tecnológicas, oficinas, além de feiras temáticas. Todas as atividades estarão relacionadas ao tema central do evento: Diversidade, Cidadania e Inovação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 27/03/2015
Assunto: Merenda		Página: Online



SANTA CATARINA



'Não há previsão para incluir ostras na merenda', diz secretário de SC

*Câmara de Vereadores aprovou lei que inclui moluscos na merenda escolar.
Secretário de Educação afirmou que alimentos não foram bem aceitos.*

A lei que autoriza a Prefeitura de Florianópolis a incluir ostras e mariscos no cardápio da merenda escolar da rede pública municipal de ensino não está no planejamento do poder Executivo, por isso não há previsão de quando o alimento será incluído no cardápio este ano. A afirmação é do secretário de Educação, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz.

A Câmara de Vereadores aprovou uma lei no dia 13 de março. O prefeito Cesar Souza Júnior havia vetado a lei, mas os vereadores derrubaram o veto e aprovaram a proposta.
saiba mais

Pouca aceitação

Segundo o secretário, além de não estar na previsão do ano, já houve uma tentativa anterior de incluir estes alimentos no cardápio, porém não foram bem aceitos pelos alunos.

"A lei não muda nada. Autorizados nós sempre estivemos. A lei é válida, é interessante pela experiência de diversidade na alimentação para as crianças, mas não é algo simples. Tem a dificuldade de oferta do produto, o alto preço, período do ano, além da aceitação. Nesse momento ainda não está sendo programado", afirmou da Luz.

"As crianças têm que aprender a gostar. É como a gente, não se come ostra todo dia. Em uma ocasião, servimos risoto de ostra. Uma menina separou de um lado o arroz e de outro a ostra. Perguntei se estava gostando e ela respondeu que não. Mas ela não tinha experimentado, só olhou o aspecto e não quis", complementou o secretário.

Ostras a cada 15 dias

De acordo com o vereador Edson Lemos, autor da lei, incluir os moluscos no cardápio pode ajudar a combater a obesidade infantil. "O objetivo é incentivar o consumo desses moluscos, pois são ricos em nutrientes, e estimular a maricultura local, pois



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

somos o maior produto do Brasil. A ideia é que seja servido uma vez por mês ou a cada 15 dias", afirma.

O projeto de lei aprovado pelos vereadores de Florianópolis justifica a introdução de ostras e mariscos no cardápio considerando que são ricos em proteínas, mineiras, vitaminas do complexo B12 e possuem baixo valor calórico.

Testes no cardápio

De acordo com o Departamento de Alimentação escolar da Secretaria de Educação de Florianópolis, em 2009 foi realizado um teste com a introdução de ostras e mariscos e algumas escolas da rede municipal. Como o resultado foi positivo, os moluscos começaram a fazer parte do cardápio.

No entanto, as crianças não aprovaram a alimentação. Segundo a Secretaria de Educação, os alimentos foram oferecidos em 30 escolas da rede municipal para 15 mil alunos. A aceitação foi de 30%, segundo a assessoria de comunicação da secretaria.

Além da baixa aceitação, uma empresa do município de Governador Celso Ramos foi a vencedora da licitação para fornecer os alimentos às escolas. Conforme a assessoria de comunicação da Secretaria, nenhuma empresa de Florianópolis se habilitou para o processo licitatório.

Atualmente, segundo o secretário de Educação, os moluscos são servidos eventualmente na merenda. "De vez em quando, incluímos no cardápio, mas depende da época do ano, não tem uma periodicidade", disse.

O autor da lei contesta. "Eles não fazem isso. E o teste teve aprovação sim. Se as crianças não estavam gostando, por que foi servido durante um ano? Se não estavam gostando tirariam no segundo mês. Algumas regiões tiveram mais aprovação que outras. No Norte da Ilha, que tem mais paranaense, gaúcho, por exemplo, o pessoal está mais habituado a comer carne, preferem carne de frango, de porco na merenda. Lembro até que disseram 'uí, parece uma lesma'. Já no Sul da Ilha a aprovação foi maior, pois já estavam mais habituados a comer. A média de aprovação foi de 86,6%", afirma o autor da lei.

O vereador Lemos afirma que durante a realização dos testes, que segundo ele, iniciaram em 2008, era secretário do Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (Igeof) e que foi o autor do projeto. O vereador acredita que a Secretaria não tenha utilizado os moluscos nos últimos anos devido ao preço.

Em uma das maricultoras do Ribeirão da Ilha, bairro conhecido pelo cultivo de ostras e mariscos no Sul de Florianópolis, as ostras médias são vendidas a R\$ 8 a dúzia. Já o marisco custa R\$ 5 o quilo, com casca.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Antes era um programa e poderiam suspender. Com a lei não. Eu usei o termo autoriza e não obriga porque a partir da obrigatoriedade a lei se tornaria inconstitucional", defende o vereador.

Com a aprovação da lei, a Secretaria deve vai analisar como pode reintroduzir os moluscos no cardápio, mas não estabeleceu prazos. "Já tivemos e pretendemos fazer, mas o prazo vai depender da programação alimentar", conclui o secretário de Educação.

A lei autoriza o poder executivo a introduzir ostras e mariscos, mas não estabelece prazos ou fiscalização. "Acham que gera despesa para o município, mas o recurso da merenda já tem. Só é um pouquinho mais caro que o frango", defende o vereador. Ainda segundo ele, mesmo que grandes empresários vençam a licitação, os pequenos também serão beneficiados.

"Vi também alguns questionamentos de que é perecível, que pode dar alergia nas crianças. A gente sabe que é perecível, mas os fornecedores têm selo de inspeção, tem monitoramento da Secretaria de Saúde das águas. Alergia também se tem a frango, carne de porco. E os diretores podem mandar avisos aos pais para perguntar se os filhos têm alergia a algum daqueles produtos. Vamos sentar com o prefeito para chegar a um denominador comum", finaliza Edson.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10

Editoria: Educação

Data: 27/03/2015

Assunto: Fies

Página: Online



TRF-5 restaura liminar que derrubava limitações do Fies

O Tribunal Regional Federal da 5.^a Região decidiu, na tarde desta quarta-feira (25), por decisão unânime de seus 15 membros, restaurar a decisão do Juiz Federal da 4.^a Vara Federal de Alagoas, Dr. Sebastião Vasques de Moraes, que tinha deferido antecipação de tutela nos autos do processo número 0800409-95.2015.4.05.8000, movido pelo Sindicato das Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Alagoas, proibindo o MEC de exigir dos alunos a nota mínima de 450 pontos para ter direito ao Fies, além de obrigar o MEC a pagar as faculdades que oferecem o Fies, 12 mensalidades no ano, em vez de apenas oito mensalidades, como estipulava as portarias 21 e 23/2014.

O Pleno do TRF da 5.^a Região restabeleceu a suspensão dos efeitos retroativos das Portarias 21 e 23/2014. A Dr.^a Luciana Browne, advogada do Sindicato, esclarece que "após ampla discussão sobre os fundamentos jurídicos relativos aos efeitos das supracitadas Portarias, o Presidente do TRF acompanhou a dissidência instaurada no plenário, concluindo que as exigências da pontuação mínima de 450 pontos e o aluno não zerar a prova de redação do Enem só podem incidir a partir do Enem de 2015, ou seja, para os novos contratos do Fies em 2016".

Além disso, a Corte afastou, também, a retroatividade da Portaria 23, que permitia ao MEC pagar as faculdades apenas oito mensalidades ao ano, ficando quatro retidas, determinando, por conseguinte, o pagamento isonômico para todas as instituições de ensino.

O MEC ainda não se manifestou sobre a decisão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/03/2015
Assunto: Currículo nacional		Página: Online



OPINIÃO: CRIAÇÃO DE UM CURRÍCULO NACIONAL DIMINUI DESIGUALDADE DO ENSINO PÚBLICO

"A definição da Base Nacional Comum pode ser determinante na redução da desigualdade tão explícita em todos os indicadores educacionais", afirma Alejandra Velasco

Fonte: UOL Opinião

Ano após ano, o monitoramento dos dados educacionais mostra que o desempenho escolar não está melhorando na velocidade necessária para que o Brasil alcance as metas intermediárias determinadas pelo governo. E nem as estipuladas pela sociedade civil, no que se refere à aprendizagem dos alunos e a sua trajetória na escola

No mapa da qualidade da educação, as regiões mais vulneráveis apresentam sistematicamente os piores resultados. Enquanto no Sul, por exemplo, 54% dos alunos da rede pública do 5º ano do ensino fundamental apresentam proficiência adequada em Língua Portuguesa, no Nordeste esse percentual é de apenas 24%.

Esses dados mostram que a brecha da desigualdade se abre já no início da vida escolar, e evidenciam que as condições para que os jovens elaborem e realizem seus projetos de vida são determinadas, em boa parte, pelo local onde nascem.

O PNE (Plano Nacional de Educação), aprovado em junho de 2014, determina ao Brasil uma agenda desafiadora para os próximos dez anos. Para alcançar as 20 metas do plano será necessário investir mais recursos para melhorar a infraestrutura da rede escolar, ampliar o acesso à escola e melhorar as condições de trabalho e a formação dos profissionais da educação, entre outros desafios. Mas, a luta pela educação pública de qualidade só terá êxito quando o sucesso escolar se tornar menos desigual.

Por isso, além de garantir as condições de funcionamento, o Brasil precisa definir com clareza o que todos os alunos brasileiros, independentemente de sua origem e local de moradia, têm o direito de aprender. A prioridade dessa tarefa já foi dada pela presidente Dilma Rousseff logo após as eleições, durante seu discurso na Conferência Nacional de Educação.

Base Nacional Comum



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nesse sentido, é necessário um empenho urgente na articulação dos diversos atores que trabalham pela garantia do direito à educação pública de qualidade no país para definir uma BNC (Base Nacional Comum) que explicita o que deve ser aprendido em cada ano escolar.

A legislação já prevê que os currículos escolares devem ter uma base comum, que deverá ser complementada por uma parte diversificada que respeite a cultura e as especificidades regionais.

Ao se associar a BNC ao contexto e aos saberes locais, o ensino se tornará relevante localmente, ao mesmo tempo em que cumprirá o papel de promover o pleno desenvolvimento dos alunos, prepará-los para o exercício da cidadania e qualificá-los para a vida profissional.

O grau de detalhamento desse documento e a obrigatoriedade da sua adoção nas redes de ensino deve levar em consideração a existência de currículos estaduais e municipais e a garantia da autonomia do professor em sala de aula. De outra forma, as avaliações externas, como a Prova Brasil, continuarão determinando o que é ensinado, empobrecendo o currículo escolar.

A definição dessa base pode ser determinante na redução da desigualdade tão explícita em todos os indicadores educacionais. É necessário, contudo, que ela se torne referência para o redesenho dos cursos de formação docente nas universidades, cuja abordagem atualmente não reflete os desafios da sala de aula.

É fundamental também que a formação continuada de professores que já atuam no sistema, bem como as redes escolares, as escolas e os pais, se pautem por esse documento, alinhando o entendimento e os esforços para garantir o direito à educação, entendido como o direito de aprender e não apenas de frequentar a escola.

O PNE reforça a necessidade de uma BNC em estratégias das metas que tratam do ensino fundamental e do ensino médio. As discussões sobre essa base têm se intensificado em vários fóruns, mas há necessidade de estabelecer um amplo diálogo e de criar consensos que permitam avançar na velocidade que os alunos brasileiros precisam. Não há mais tempo a perder.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/03/2015
Assunto: Avaliação da educação brasileira		Página: Online



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM NÚMEROS

Quais são os principais problemas a ser enfrentados e como superá-los

Fonte: Educar para Crecer

O Brasil ficou entre os últimos colocados no exame de 2012 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, mais conhecido pela sigla PISA, que é aplicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 65 países.

Mesmo em comparação com outros países em desenvolvimento, como China e Rússia, o Brasil está bem atrasado. A China está em primeiro lugar nos exames de Matemática e Leitura, enquanto a Rússia ocupa as 36ª e 41ª posições. O Brasil, apesar do crescimento econômico e desenvolvimento social dos últimos anos, está em 58º e 55º lugar.

Uma possível explicação para esse resultado é o valor do investimento por aluno no Brasil - um dos menores dos países avaliados pela OCDE. Enquanto gastamos cerca de U\$ 2.751 por aluno por ano no Ensino Médio, segundo a Organização, a Rússia gastou U\$ 4.100 por aluno, e países desenvolvidos como Suíça e Estados Unidos investiram mais de U\$ 10.000 por aluno no mesmo período.

Essa é apenas uma parte dos problemas da Educação brasileira atualmente. Ainda que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), mostre que as metas de qualidade instituídas para o Ensino Público vêm sendo cumpridas ano a ano, há muitos problemas a serem resolvidos, que vão além da aprovação e desempenho dos alunos nas avaliações. Veja alguns deles:

1. Acesso e permanência

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda há mais de 3,3 milhões de crianças de 4 a 17 anos fora da escola, valor maior do que toda a população de Alagoas, ou do Piauí. No que diz respeito às crianças de 0 a 3 anos, o serviço de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

creche serve apenas 23,5%. Para atingir a meta do MEC de 50%, ainda será preciso incluir mais de três milhões de crianças nas creches.

De acordo com Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, se somadas, as demandas de matrículas das crianças de 0 a 3 e de 4 a 17 anos chegam a 7 milhões. "Isso demonstra a necessidade do Brasil em disponibilizar recursos para a criação de matrículas. E quando se cria uma matrícula, deve-se manter essa matrícula. O problema maior do Brasil hoje tem sido a manutenção. Para manter uma matrícula é preciso investir no professor - ou seja, pagar um salário adequado e garantir um plano de carreira, assim como as condições necessárias para a relação de ensino e aprendizagem", avalia.

O relatório de Desenvolvimento Humano de 2012, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), alerta para o alto índice de evasão no Brasil (24,3%), a terceira maior taxa de abandono escolar entre os cem países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Só em 2012, o Censo Escolar aponta o abandono de 1,6 milhões de crianças e adolescentes da escola durante o ano letivo. É como se a cada minuto três alunos deixassem os estudos neste ano!

Uma das razões que explica a evasão escolar é o trabalho infantil, que atinge 3,15 milhões de estudantes com menos de 13 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar 2012, do IBGE. Dividindo os estudos com o trabalho, muitas crianças deixam a escola ou acumulam atraso de séries. A Pnad de 2011 mostra que 1/3 dos alunos que deveriam estar no Ensino Médio estão no Ensino Fundamental, sendo que em dois estados brasileiros (Piauí e Pará), alunos repetentes são maioria nas salas de aula.

O atraso e o abandono fazem com que quase metade da população brasileira (45,5%) com 25 anos ou mais não tenha o ensino fundamental completo, segundo dados da Pnad 2012. Em relação à América Latina, o relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD mostra que o Brasil tem a menor média de anos de escolaridade, junto do Suriname, com 7,2 anos de estudo. Na Bolívia, os alunos passam em média dois anos a mais na escola do que no Brasil!!!

Os dados de acesso e de permanência são fundamentais, pois indicam um desafio primordial que antecede a qualidade do ensino, outro enorme problema da Educação brasileira. É necessário garantir o direito das crianças e jovens à Educação e também certificar que seu percurso seja devidamente concluído. "Na prática, o Brasil vai muito mal em termos de anos de estudo da sua população. Esse é um indicador basilar em todas as realidades em todos os países. A quantidade de anos de estudo da população interfere em uma série de aspectos relevantes aos direitos das pessoas e do desenvolvimento do país, e o Brasil está defasado porque a Educação nunca foi de fato uma prioridade", afirma Daniel Cara.

2. Alfabetização



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A alfabetização é a base para a aprendizagem dos alunos nas séries seguintes. Sem autonomia de leitura e de escrita, a criança terá dificuldades para continuar aprendendo. Esse é o caso de mais da metade das crianças brasileiras. 55,4% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, fase final da alfabetização, não leem ou interpretam um texto de forma correta, segundo a Prova ABC 2011, que avalia a qualidade da alfabetização no ensino público e privado.

Outra pesquisa, a Pnad - divulgada em 2013 -, estima que a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no país. Pela primeira vez desde 1997, o número de pessoas que não sabem ler nem escrever parou de cair. Além disso, o Brasil ocupa a 8ª posição no ranking de países com maior número de analfabetos adultos, segundo o 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, da Unesco.

Há também pessoas que sabem ler frases simples, mas não interpretam ou utilizam textos mais complexos. O Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf), do Instituto Paulo Montenegro, mostra que esse era o caso de 27% da população entre 15 e 64 anos em 2012.

3. Qualidade

Além dos problemas de acesso e de permanência, os alunos também enfrentam dificuldades de aprendizagem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Não basta estar na escola, é preciso garantir que os alunos estejam aprendendo. De acordo com os resultados da Prova Brasil 2011, nove em cada dez estudantes não aprenderam o que deveriam em Matemática no Ensino Médio e sete em cada dez alunos não aprenderam o que deveriam em Português no 9º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Camilla Salmazi, do movimento Todos pela Educação, chama a atenção para o respeito da idade adequada e da qualidade da aprendizagem desde a alfabetização, que é imprescindível para que os alunos continuem aprendendo nos próximos anos. "Se a alfabetização não acontece na idade certa, muito provavelmente esse aluno terá problemas de desempenho e de aprendizagem no futuro. Não é somente a decodificação, é a questão de conseguir ler e entender o que está lendo para que possa seguir aprendendo nos anos seguintes e consequentemente conseguir concluir o Ensino Fundamental e Médio na idade correta. O desafio maior está na qualidade do desempenho da Educação."

O ex-ministro da Educação, Henrique Paim, afirmou em que o Ensino Médio é o setor com mais desafios. "Nosso problema, na realidade, é de qualidade e de inclusão. Logo no primeiro ano do Ensino Médio, o índice de reprovação é de 30%, fator que está relacionado também à evasão escolar. De 1997 para cá, conseguimos a inclusão de 5 milhões de estudantes. Fazer essa inserção com qualidade é o desafio." O ex-ministro Cid Gomes reiterou essa questão: "entre todos os grandes desafios da Educação no Brasil, melhorar a qualidade do ensino médio é um dos maiores".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

4. Infraestrutura e planejamento

Outro fator que afeta o ensino é a falta de planejamento. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2011, do IBGE, entre os 5.565 municípios existentes no Brasil, 2.181 não têm um Plano Municipal de Educação (PME). Esse documento estabelece diretrizes e metas educacionais para o município, de maneira integrada ao Plano Nacional de Educação (PNE).

Regina Scarpa, do Instituto Vera Cruz, acredita que do ponto de vista municipal, da política pública, a maior preocupação é com o currículo da rede e da formação dos professores atrelados a esse currículo. "É necessária uma equipe técnica, o próprio nome já diz, e menos política no sentido de que a equipe não deveria ser indicada a cada quatro anos, pra que se tenha uma continuidade administrativa. Uma equipe técnica que se corresponsabilize pela formação, que ajude na formação dos diretores e coordenadores pedagógicos", afirma. Já dentro das escolas, Scarpa destaca a necessidade de o diretor ser um líder do projeto político-pedagógico (PPP), documento que traça a identidade, os objetivos e propostas de ações de uma escola para a formação de seus alunos. Ela também aponta a importância de um coordenador pedagógico que faça a formação dos professores e os ajude no monitoramento das atividades e na comunicação com os pais.

Somente uma boa gestão, contudo, não é o suficiente. São necessárias também condições de ensino e infraestrutura adequada ao desenvolvimento dos alunos. Apenas 0,6% das escolas públicas brasileiras de Educação Básica têm prédios considerados completos. As demais unidades de ensino não têm bibliotecas, quadras e laboratórios, entre outros itens pedagógicos considerados importantes para uma aprendizagem de qualidade, além de espaços adequados para alunos com deficiência. A maior parte das escolas brasileiras (84,5%) apresenta uma estrutura elementar ou básica, segundo uma pesquisa da UnB e UFSC feita a partir de dados do Censo Escolar de 2011, em estabelecimentos públicos e privados, rurais e urbanos.

5. Formação e valorização de professores

A importância da valorização docente é um consenso entre profissionais e especialistas em Educação. Um ensino de qualidade depende em grande medida do papel dos professores na formação dos alunos. No entanto, parecemos caminhar na direção oposta. Enquanto países líderes em Educação como Cingapura e Coreia do Sul têm políticas claras de valorização do docente, o Brasil ainda engatinha nesse sentido.

Apesar de conquistas como a Lei do Piso, que determina valores de salário e carga horária dos docentes, os salários dos professores brasileiros estão muito abaixo da média de profissionais com a mesma qualificação. De acordo com o Relatório de Monitoramento Global do Programa Educação para Todos da UNESCO de 2013/14, quando o salário dos professores é pior do que o de outros profissionais de áreas compatíveis, é menos provável que os melhores alunos se tornem professores, e é mais provável que os professores percam a motivação ou deixem a profissão. Segundo o relatório, na América Latina, em geral, os professores recebem salários inferiores em relação a profissões que exigem o mesmo nível de estudos. Em 2007, profissionais e



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

técnicos com características similares ganhavam 43% a mais do que professores pré-primários e primários no Brasil, e 50% mais, no Peru.

A questão financeira, somada ao desprestígio social e à ausência de um plano de carreira, reduz a atratividade para a docência, prejudicando o ensino como um todo. Uma pesquisa das fundações Victor Civita e Carlos Chagas realizada com 1.501 jovens do Ensino Médio revelou que apenas 2% deles indicaram como primeira opção de ingresso a faculdade de Pedagogia ou Licenciatura. Dentre as razões citadas estão a renda, o desgaste no trabalho, o desrespeito e a desvalorização da imagem do professor na sociedade.

A questão não se limita à carreira e ao salário. A formação inicial e continuada - pós-graduação, especialização, cursos etc. - dos professores é também um aspecto fundamental da valorização docente. De acordo com dados do Ministério da Educação, cerca de 25% dos professores de Educação Básica possuem, no máximo, o Ensino Médio ou Magistério. Além de desmotivar o profissional, a carência na formação inicial e continuada prejudica o aprendizado dos alunos. Em 2013, 1 em cada cinco professores dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) não fizeram ensino superior. Dos professores em sala de aula nessa fase, 35,4% não fizeram licenciatura, ou seja, não são habilitados para dar aula. As informações são do Censo Escolar. Segundo Regina Scarpa, muitas vezes o professor da alfabetização não tem a formação básica de didáticas para essa etapa de ensino, tendência que costuma piorar nas séries seguintes.